

Ulysses: Congresso escolhe instrumento de convocação

BRASÍLIA — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que o Congresso será independente para examinar as sugestões oferecidas sobre a convocação da Constituinte e chegar a um instrumento de convocação que atenda aos anseios da Nação. Segundo Ulysses, o Executivo tem a prerrogativa constitucional de enviar emendas ao Congresso. O destino da emenda convocatória atualmente em tramitação, do Deputado Gastone Righi (PTB-SP), com votação marcada para 12 de junho, será estudado pelas lideranças partidárias.

Ulysses desmentiu uma "briga" entre o Executivo e o Legislativo pelo privilégio da convocação da Constituinte. Em sua opinião, "a Constituinte pertence a todos", ao Congresso e ao Presidente da República.

— O Executivo tem compromisso com a Constituinte, que é a meta fundamental — afirmou, acrescentando que o Congresso, em sua independência, examinará todas as propostas, decidindo-se pela mais adequada.

● O Congresso Nacional arquivará 20 propostas de emenda à Constituição, apresentadas por Deputados e Senadores, e uma pela Presidência da República, consideradas prejudicadas diante da aprovação da emenda das diretas para Presidente e para Prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e municípios antes considerados de segurança nacional.

Entre as propostas, está a do Presidente José Sarney restabelecendo o princípio das diretas para Presidente da República, que foi incluída na emenda da Comissão Interpartidária.

Está também relacionada proposta prevendo diretas para Presidente em dois turnos, apresentada pelo Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que lamentou o fato de ela não ter sido aproveitada, embora a tese tenha sido aprovada pelo Congresso. Há ainda a emenda Heráclito Fortes (PMDB-PI), suspendendo a fidelidade partidária.

Ontem, em discurso na sessão do Congresso, o Deputado Elquisson Soares (PMDB-BA) afirmou que os projetos de Deputados e Senadores são "jogados no lixo, com as mensagens governamentais atropelando as iniciativas parlamentares, como foi o caso do emendão".

As 21 emendas tratam, entre outros temas, de eleições diretas, representação política para Distrito Federal, voto distrital, Colégio Eleitoral, organização e funcionamento de partidos políticos.